

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO VALE DO RIBEIRA: AVANÇOS SOCIAIS E FRAGILIDADES INSTITUCIONAIS

*The food acquisition program (paa) in vale do ribeira region:
social advances and institutional fragilities*

Vivian Lie Kato de Lima
Nilson Maciel de Paula

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO VALE DO RIBEIRA: AVANÇOS SOCIAIS E FRAGILIDADES INSTITUCIONAIS

The food acquisition program (paa) in vale do ribeira region: social advances and institutional fragilities

Vivian Lie Kato de Lima
Nilson Maciel de Paula

Resumo: Desde os anos de 1990, políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm sido executadas, em linha com uma agenda de desenvolvimento social e economicamente inclusivo e sustentável. Entre elas, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), voltado para a comercialização institucional de alimentos produzidos por agricultores familiares, resultando em aumento da renda dos beneficiários, redução da fome, garantia de comercialização, dinamização do mercado local, valorização da cultura alimentar e redução da migração rural-urbana. Neste trabalho são analisados os principais resultados da implementação do PAA no Vale do Ribeira paulista, de 2010 a 2016, em termos da renda obtida, habitação, produção, segurança alimentar, grau de organização política e permanência dos agricultores no campo, além das dificuldades operacionais. Essa política assumiu importância estratégica para mitigar as condições de vulnerabilidade socioeconômica nessa região, tendo em vista os benefícios proporcionados aos agricultores familiares em várias dimensões.

Keywords: Agricultura familiar; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Vale do Ribeira; Políticas Públicas

Abstract: Since the 1990s, public policies have been implemented in line with a socially and economically inclusive and sustainable development agenda. Among those policies, Food Acquisition Program (PAA) aimed at creating institutional markets for food produced by family farmers, increasing income, reducing hunger based on a healthy food culture, and preventing migration from rural areas. The purpose of this analysis is to assess the results of PAA in Vale do Ribeira region in the period of 2010 to 2016, considering information related to income, housing, production, food security, political engagement, the time during which families stay in their plots of land and operational difficulties. Such a policy has been strategic to mitigate vulnerable socioeconomic conditions in a region where poverty indicators are the highest in the state of São Paulo. As revealed by information collected in a field research, family farmers have been highly benefited by that policy.

Palavras-chave: Family farming; Food Acquisition Program; Vale do Ribeira; Public Policy

JEL: Q01, Q13, Z18

INTRODUCTION

A agricultura brasileira, desde a época da colonização até a década de 1970, foi marcada pela grande concentração de renda e de terras, e pautada por uma forte atuação do Estado particularmente estimulando os cultivos de cana de açúcar e café, predominantemente em grandes propriedades. Ao longo desse período, a agricultura familiar sobrevivia de forma articulada à grande produção exportadora, sem necessariamente deter a propriedade da terra, ou nas franjas das frentes de expansão, como unidades produtivas autônomas. A produção agrícola familiar veio surgindo nos pequenos espaços não ocupados e localizados entre os latifúndios, composta por agricultores situados à margem da sociedade, como escravos, caboclos e mestiços (LEONARD et al., 2011). A partir dos anos 1970, iniciou-se um período marcado por mudanças estruturais no meio rural decorrente de uma política agrícola modernizadora, resultando em transformações restritas a práticas produtivas, formando complexos agroindustriais, sem alterar minimamente a estrutura agrária do país, ratificando o caráter conservador da modernização.

Somente a partir dos anos de 1990 a agricultura familiar passou a ser contemplada nas ações do Estado. Nessa época, a pressão de organizações não governamentais e movimentos sociais rurais relacionados à agricultura familiar expandiram seu raio de ação juntamente com mobilizações sindicais, amparados em estudos que enfatizavam a importância econômica dessa categoria social, principalmente no que se refere à segurança alimentar e ao emprego de mão de obra no campo. Esse descontentamento se estendia desde o aumento do volume de importações até a redução da renda, dos preços dos produtos agrícolas, do número de empregos e da área cultivada pelos agricultores familiares. Foi então, a partir dessa situação que a estrutura política em torno do Estado passou de uma rede de influência dos grandes produtores para a inclusão de novos atores, dando maior espaço à agricultura familiar.

Essa mudança de paradigma de políticas agrícolas começou a tomar melhor forma com a criação, em 1995, do Pronaf, reconhecendo a agricultura familiar como segmento social para efeito da operacionalização de políticas agrícolas voltadas à produção doméstica e cujo objetivo era dar apoio financeiro a atividades produtivas rurais dos agricultores familiares. Os produtores rurais familiares, até então negligenciados, passaram a ser incluídos à agenda nacional de políticas públicas e abriram-se possibilidades para a elaboração de outras políticas para o segmento.

O reconhecimento da agricultura familiar como categoria social abriu um caminho para o desenvolvimento rural e para a superação da insegurança alimentar e, sobretudo, da pobreza no meio rural (SANTOS, 2010; MATTEI, 2014), em decorrência de sua capacidade de fornecer alimentos baratos, variados e mais saudáveis. Como exemplos numéricos de sua importância, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), 84,36% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar e ocupam 74,4% dos trabalhadores rurais. Embora detenha apenas 24% da área ocupada, a agricultura familiar é responsável por cerca de 40% da produção agrícola e fornece a maior parte dos alimentos consumidos no país (BRASIL, 2013). Nesse contexto, uma das políticas para atender essa categoria social foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), proporcionando mecanismos para a comercialização institucional dos produtos produzidos pela agricultura familiar. Implementado em 2003 pelo Governo Federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com estados e municípios, essa política promoveu o comércio da produção familiar e meios de combate à fome, e uma melhor qualidade de vida para

seus beneficiados. Como alguns de seus resultados, o programa proporcionou aumento da renda dos produtores, dinamizou o mercado local, valorizando a cultura alimentar e reduzindo a migração rural-urbana (GRISA et al., 2009).

Em decorrência dessas transformações e da importância do PAA para a agricultura familiar, diante de uma ampla diversidade social e geográfica, sua avaliação no âmbito local se tornou uma agenda necessária de pesquisa. Este é o propósito desta análise voltada para o Vale do Ribeira paulista. Essa região, situada no estado mais rico e dinâmico do país, apresenta baixos índices socioeconômicos e concentra grande parte da cobertura vegetal nativa de Mata Atlântica, onde sobrevivem comunidades tradicionais, como aldeias indígenas, quilombos, caiçaras, pescadores artesanais, moradores de áreas de conservação, além de agricultores familiares. Neste artigo são analisados os principais resultados obtidos pelo PAA, tendo por base informações dos agricultores familiares daquela região quanto às suas condições de vida, em termos de renda, habitação, produção, segurança alimentar, permanência populacional na região e grau de organização política. Essas evidências permitiram identificar os entraves e dificuldades do PAA como uma política pública voltada para o desenvolvimento rural naquela região. Assim, é possível avaliar o alcance dessa política tendo à luz os desafios colocados por especificidades regionais, os quais, uma vez detectados, permitem corrigir os rumos de políticas nacionais em função de realidades socioeconômicas e culturais locais.

2 METODOLOGIA

O estudo de caso se concentrou no município de Registro, onde está localizada a cooperativa Família do Vale, fonte principal das informações levantadas sobre a execução do PAA, através de entrevistas semiestruturadas com 22 agricultores familiares beneficiários e com um representante da cooperativa que centraliza as operações do programa. Os dados e informações coletados permitiram formular indicadores relativos às seguintes dimensões:

- a) proporção da renda proveniente do PAA;
- b) qualidade da habitação na propriedade em decorrência dos ganhos pelo PAA (reformas, construção de moradia própria);
- c) produtividade (aquisição de máquinas, contratação sazonal ou permanente, adoção de novas técnicas, aumento da produção), variedade de produtos, mudança no preço dos produtos, inserção em mercados variados (loais de comercialização);
- d) segurança alimentar através do consumo mais diversificado de alimentos produzidos no estabelecimento, menor consumo de alimentos industrializados;
- e) organização política: influência do PAA na organização dos atores sociais da região em cooperativas ou associações;
- f) migração/permanência populacional: variável captada qualitativamente relativa à percepção dos agricultores sobre o PAA, se há maior permanência dos produtores no meio rural;
- g) entraves: falta de crédito, falta de mão de obra, custo elevado de produção, comércio com atravessadores, falta de assistência técnica, burocracia do programa, falta de informação sobre o programa, oposição/repressão ao programa.

As informações obtidas em pesquisa de campo foram padronizadas, sendo possível estabelecer explicações de causa e efeito, assim como captar a percepção dos agricultores familiares em relação ao resultado promovido pelo PAA.

A agricultura familiar segundo a perspectiva camponesa

Embora existam diversas interpretações da agricultura familiar, neste artigo é adotada a perspectiva camponesa, segundo a qual aquela é uma expressão moderna do campesinato, caracterizada pela propriedade rural, autonomia, mão-de-obra predominantemente familiar e produção para autoconsumo e para o mercado. Esses elementos, juntamente com práticas específicas adaptadas às condições de mercado e da sociedade moderna, são o que permitem a sobrevivência da própria família (ALTAFIN, 2007; WANDERLEY, 2003). De acordo com Chayanov (CHAYANOV, 1981; WANDERLEY, 1985; 1998), o modo de produção agrícola camponês não se baseia na exploração do trabalho visando o lucro, uma vez que os resultados da atividade coletiva da família não podem ser divididos em rendimentos, salários e lucros. Consequentemente, o valor do produto gerado pelo trabalho familiar varia de acordo com a estrutura da família, a situação do mercado, os meios de produção disponíveis, o tempo da natureza para o desenvolvimento dos cultivos e a produtividade dos membros trabalhadores da família. Diante disso, o agricultor camponês analisa a relação entre o trabalho e o consumo de sua família para determinar o esforço necessário para satisfazer suas necessidades e alcançar o nível de qualidade de vida desejado (CHAYANOV, 1981).

A produção, todavia, não se restringe apenas à subsistência e nem é feita com base em tecnologia obsoleta, recursos escassos, alheia ao comportamento do mercado. Os camponeses recorrem a relações de troca para satisfazer algumas de suas necessidades. Além disso, pode existir ainda um desejo de fazer a propriedade se desenvolver e crescer, o que levaria então à adoção de novas técnicas e à integração com o mundo externo (WANDERLEY, 1985; 1996; 2003; 2009). Assim, o campesinato não deveria ser visto como uma categoria isolada da sociedade nem como um sistema de produção pré-capitalista avesso à modernidade (WANDERLEY, 1998). De acordo com Henri Mendras (apud WEISHEIMER, 2013, p. 69; WANDERLEY, 1996, p. 3) o camponês é caracterizado por um sistema econômico relativamente independente e autossuficiente, mas que consegue se inserir nos mercados, porém preservando fortes laços internos. Ou seja, Mendras enfatizava as relações sociais e econômicas recíprocas entre os membros dessa sociedade, contudo, diferentemente de Wanderley e Lamarche, acreditava que essa estrutura social de produção camponesa estaria se extinguindo como resultado da expansão do sistema capitalista. O camponês, então, se modernizaria deslocando sua produção do autoconsumo para o mercado.

À luz das transformações causadas pelo avanço dos mercados e do processo de acumulação capitalista no campo, o campesinato pode ser visto como um modo de organização da produção que preserva valores e regras que se formaram ao longo de sua história, no contexto social e econômico em que se encontram, resultando em formas diversas de agricultura familiar (WANDERLEY, 1996). Isto significa que os produtores baseiam suas decisões tanto nas tradições camponesas bem como em seus próprios projetos.

Que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis (WANDERLEY, 2009, p. 40-1).

Posto isto, a produção agrícola de caráter familiar conseguiu garantir sua reprodução na sociedade atual por meio de um processo de modernização e da inserção de seu sistema de produção agrícola nos mercados, mantendo ainda as tradições camponesas. As transformações da conjuntura econômica levam então os camponeses, dependendo dos níveis de dependência tecnológica, mercadológica e financeira, a buscarem estratégias de adaptação para manterem sua autonomia ao mesmo tempo em que acabam por se submeter aos preceitos econômicos dominantes (LAMARCHE, 1993; SILVA, 1999). Esse processo de absorção da agricultura familiar pela dinâmica da economia global (WANDERLEY, 1985; 1998) faz com que novas tecnologias e dinâmicas produtivas sejam adotadas, resultando em mudanças estruturais no meio rural, em particular na lógica de reprodução das famílias, tanto do ponto de vista do consumo quanto da produção. A sobrevivência da agricultura familiar pode ser observada em diversos países, inclusive naqueles onde o sistema capitalista é mais evoluído na agricultura. No Brasil, a agricultura familiar mantém traços estruturais do campesinato, sobrevivendo nas franjas do modelo dominante, com acesso limitado à posse da terra, e imerso em lutas para ser reconhecido como categoria social e para superar as consequências da pobreza e de seu isolamento social e econômico. A região do Vale do Ribeira, aqui analisada, ilustra essa interpretação, na qual é possível observar a agricultura familiar como um segmento social e econômico dinâmico, numa metamorfose que incorpora valores captados em seu contato com o mercado e com a sociedade externa, sem descartar, todavia, uma racionalidade sedimentada ao longo de sua história.

Operacionalização e fragilidades do PAA

O PAA surgiu a partir da mobilização de diversas organizações da sociedade civil vinculadas ao meio rural e de instituições governamentais envolvidas na formulação de estratégias de combate à pobreza e insegurança alimentar, consubstanciadas no Programa Fome Zero, em 2003. Criado pela lei nº 10.696, o PAA se firmou como um vínculo essencial entre agricultores familiares e consumidores propensos a vulnerabilidade alimentar e nutricional. Por meio de recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), a comercialização realizada através do PAA, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), organizações da sociedade civil e governos estaduais e municipais, não requer licitação e prescinde da participação de intermediários. Os alimentos assim adquiridos são destinados à formação de estoques estratégicos a serem vendidos a preços mais justos em períodos de entressafra, ou às instituições locais que atendem indivíduos em situação de insegurança alimentar, como escolas, hospitais, presídios, restaurantes populares, etc., por meio de doações.

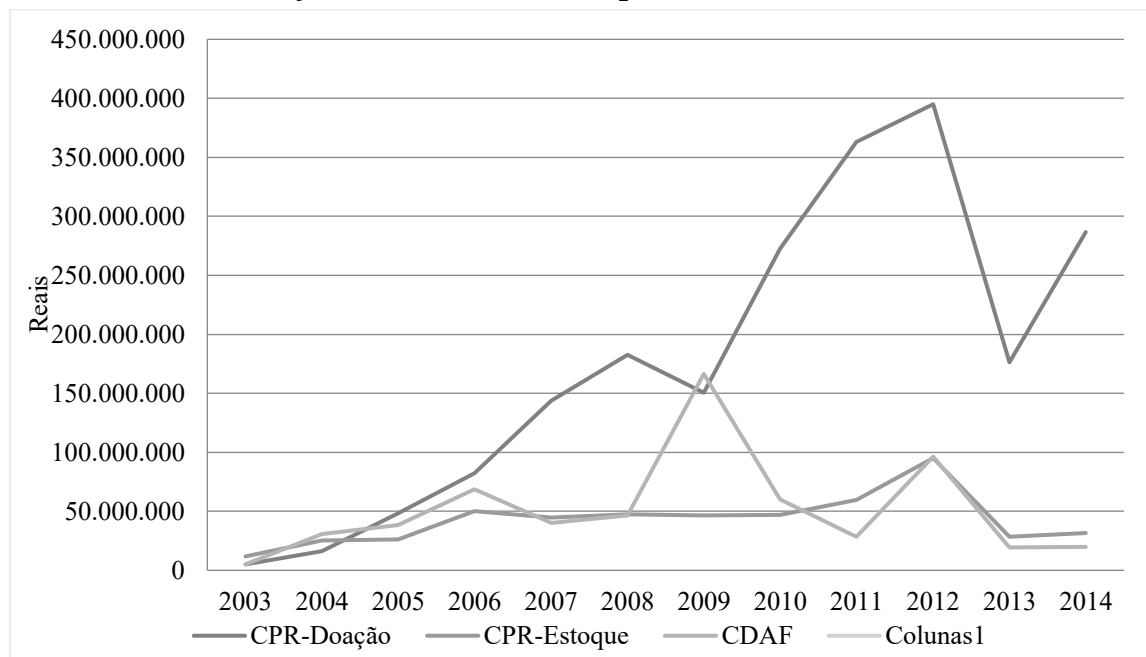
Por outro lado, o programa incentiva a produção sustentável e o processamento de alimentos, pela agricultura familiar, proporcionando melhorias em sua produção e em seu padrão de consumo, por meio do acesso a alimentos de qualidade em quantidade e regularidade adequadas. Da mesma forma, segmentos consumidores urbanos vulneráveis passaram a ser incluídos na rede de abastecimento alimentar formada por mercados institucionais e por circuitos locais de comércio identificados com as diferenças regionais. Dessa forma, os agricultores familiares beneficiários do PAA podem participar do programa de forma individual ou por meio de cooperativas, associações ou outras organizações constituídas como pessoa jurídica. O público beneficiário do PAA abrange tanto o lado do comércio por parte dos agricultores familiares (inclusive assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores,

extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais), quanto a população local atendida pela rede sócio assistencial do governo (BRASIL, 2012).

A operacionalização do programa se dá por meio de cinco modalidades de compra (BRASIL, 2012; PERACI e BITTENCOURT, 2010): 1) Compra direta local da agricultura familiar para doação simultânea (CDL); 2) Compra direta da agricultura familiar (CDAF); 3) Formação de estoque pela agricultura familiar (CPR-Estoque); 4) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – IPCL (PAA Leite); 5) Compra institucional. Os alimentos adquiridos pelo PAA devem provir da agricultura familiar e preencher os requisitos de controle de qualidade de acordo com as normas vigentes. Além disso, os alimentos podem ser vendidos tanto em modo *in natura* quanto processados.

De acordo com dados da Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar – GECAF/SUPAF sobre a execução financeira do PAA, os recursos destinados ao PAA tiveram aumento expressivo entre os anos de 2003 e 2012 (Gráfico 01). Esse crescimento deveu-se a uma expansão do programa para outros municípios do país, à elevação dos limites de compra das modalidades por cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ao ano e à maior e melhor produção incentivada pelo próprio PAA (OLIVEIRA e PINHEIRO, 2014). Três anos após sua criação, foram investidos R\$ 543 milhões no PAA, possibilitando a entrega de 14 mil toneladas de alimentos às instituições e a estocagem de 49 mil toneladas de alimentos para doação. Nesse período, o número de beneficiados pelo programa, incluindo tanto os produtores quanto aqueles em situação de insegurança alimentar, chegou a cinco milhões de pessoas (BRASIL, 2006). Em 2009, foram destinados R\$ 590 milhões ao programa, permitindo o aumento da quantidade adquirida para 458 mil toneladas de alimentos e a estocagem de 52 mil toneladas, atendendo a 142,9 mil agricultores familiares e 10,5 milhões de famílias em situação de insegurança alimentar (PERACI e BITTENCOURT, 2010). Como se percebe no Gráfico 01, em 2008 a modalidade CPR-Doação recebeu 50% dos recursos destinados ao programa, enquanto a Compra Direta ganhou destaque devido à queda nos preços dos alimentos. Já a CPR-Doação teve uma redução no montante de R\$ 70 milhões em seus recursos, também influenciada por mudanças na formação dos convênios, implicando no parcelamento dos recursos nos anos seguintes. Em 2012 os valores investidos na CPR-Doação atingiram nível bastante elevado devido ao maior número de agricultores familiares participantes do programa, atingindo um contingente de 190.718, mais de quatro vezes o registrado em 2003. No entanto, nota-se uma expressiva queda no valor dos recursos destinados ao PAA no ano 2013 devido diversos fatores, entre eles a seca na região Nordeste, a redução de contratos estabelecidos pela Compra Direta e aos impactos causados pela investigação policial denominada Operação Agro-Fantasma, como discutido a seguir. Assim é que, em 2014, o número de agricultores reduziu para 113 mil, dos quais 52% das regiões Nordeste e Norte, e 43% no Sul e Sudeste.

Gráfico 01 - Execução financeira do PAA, por modalidades - 2003 a 2014



Fonte: BRASIL. Controladoria Geral da União, CGU. 2016.

O PAA tem se destacado por garantir mercado para a agricultura familiar e por combater à fome, além de contribuir para a distribuição da renda rural, para melhorar a qualidade de vida, para a preservação da identidade cultural local, promovendo assim um padrão de desenvolvimento sustentável nas comunidades beneficiadas. As transformações provocadas pelo PAA foram valiosas para os pequenos produtores com acesso limitado ao mercado, valorizando o espaço rural e os agricultores familiares como sujeitos sociais. Os mercados institucionais têm, portanto, contribuído para o fortalecimento e reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos sociais, econômicos e políticos, bem como para o desenvolvimento do meio rural. As alterações nas estruturas comerciais não apenas abriram espaço para produtos nativos como fomentaram a segurança alimentar, juntamente com a promoção de valores e hábitos em torno da alimentação saudável, variada e originada da produção regional, em grande medida orgânica. Para tanto, deve ser destacado o estímulo à formação de associações e cooperativas que fortaleceram os vínculos sociais e culturais entre os atores, assim como as redes de comercialização.

Diante disso, o PAA tem sido crucial para a agricultura familiar, com repercussões significativas no meio rural como um todo e entre os consumidores urbanos, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento rural, na medida em que proporciona distribuição de renda e incentiva a permanência desses produtores no meio rural. No entanto, trata-se de uma política pública com pouca visibilidade, uma vez que muitos agricultores familiares desconhecem o programa ou, quando o conhecem, são alheios ao seu modo de funcionamento. Não há uma familiaridade plena com os procedimentos burocráticos relativos à exigência de documentos, o que dificulta a liberação dos recursos, fato agravado pelo limitado envolvimento dos agricultores com o programa, pela própria limitação orçamentária, falta de assistência técnica adequada, e precariedade da infraestrutura. Mesmo com essas deficiências, por, ainda assim, dependerem do programa, os agricultores temem que seu eventual encerramento resultará em maiores dificuldades de sobrevivência (GRISA et al., 2011; MATTEI, 2009; SOUZA, 2011). Assim, ao mesmo tempo em que os agricultores familiares reconhecem a importância

estratégica do PAA, este é negativamente afetado por suas próprias limitações operacionais incapazes de atender a ampla diversidade social e territorial da agricultura familiar. Paralelamente, tal fragilidade institucional resulta de uma orientação política que restringe o papel do Estado e relega políticas públicas voltadas para redução de desigualdade e melhoria de condições de vida a um plano secundário. Em outras palavras, a perspectiva de um esvaziamento do PAA se forma justo num contexto em que as necessidades para seu fortalecimento se tornam mais visíveis.

Esta avaliação é ilustrada pelos desdobramentos da desastrosa “Operação Agro-Fantasma”, executada pela Polícia Federal em municípios dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Investigações sobre supostas irregularidades nas operações comerciais entre os produtores e as entidades beneficiárias, tiveram forte impacto na condução do programa. Suspeitava-se da utilização de produtos oriundos de propriedades não cadastradas para cumprimento de contratos, assim como da entrega de produtos não autorizados pela Conab, da falta de controle sanitário e da produção, etc., que contrariavam as normas do programa. No entanto, segundo os próprios agricultores beneficiários e as instituições organizadoras do PAA, adaptações eram necessárias para o efetivo cumprimento dos contratos, uma vez que, por depender da sazonalidade da atividade, os agricultores nem sempre conseguiam fornecer o que fora acordado.

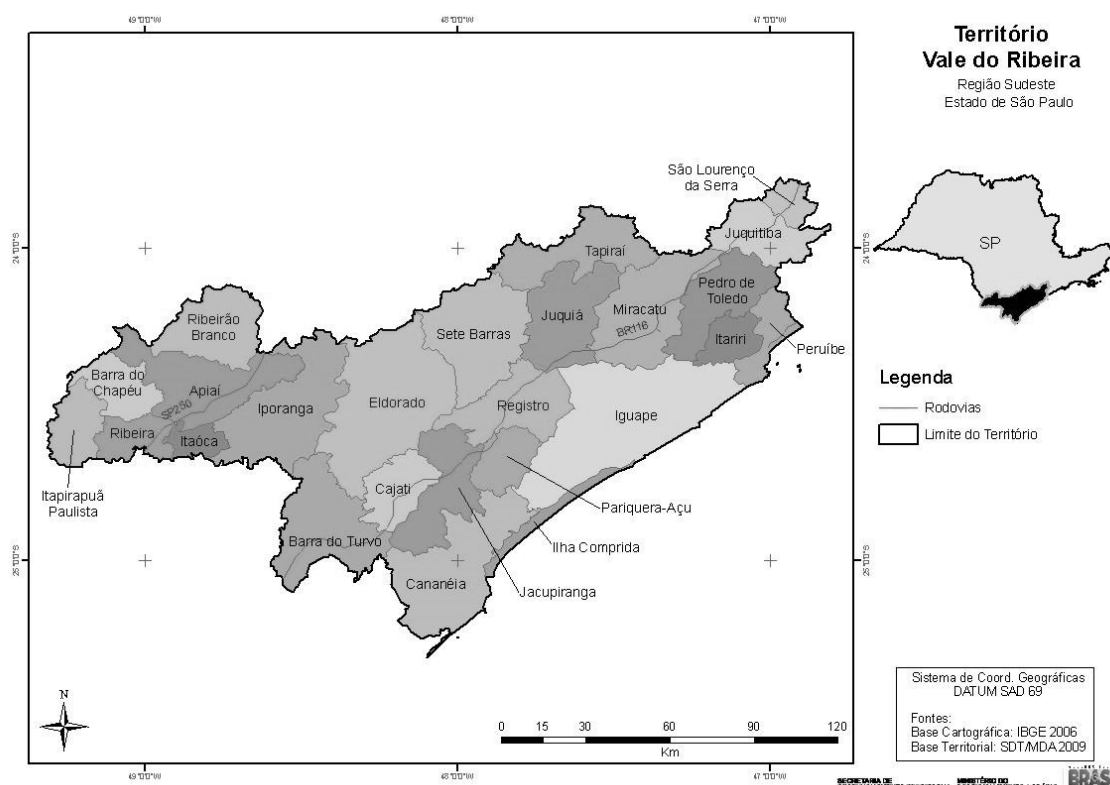
Como resultado da ação policial, gestores do programa, agricultores e organizações foram criminalizados e a execução do PAA paralisada, com prejuízos pessoais e morais incontornáveis. O volume produzido foi reduzido, produtores abandonaram o meio rural, enquanto outros tiveram dificuldades para vender os produtos destinados ao programa, ou simplesmente se recusaram a manter os contratos. Por sua vez os atravessadores ganharam espaço na comercialização local, e muitos produtores reconverteram suas lavouras para atividades mais rentáveis, e desconectadas de uma agenda de segurança alimentar e nutricional tanto nacional quanto no plano local (ZIMOLOG, 2015). Por sua vez, a mídia difundiu informações enviesadas e pouco elucidativas, num frêmito que exaltava a ação policial e criminalizava indiscriminadamente agricultores e servidores públicos de um programa socioeconômico crucial, contribuindo assim para seu esvaziamento (TRICHES e GRISA, 2015). Segundo dados divulgados pela Conab, os valores aplicados no programa reduziram drasticamente de R\$ 395 milhões em 2012 para R\$ 286,5 milhões em 2014. No mesmo período, o número de agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) teve uma queda de 64%, chegando a 33 mil em 2014. Portanto, o PAA teve suas atividades profundamente prejudicadas em todo o país, resultando numa preocupante fragilização institucional, agravada pela baixa capacidade de contestação e de resistência política por parte dos produtores e consumidores beneficiados pelo programa, diante de eventos tão desmobilizadores.

O PAA no Vale do Ribeira Paulista: percepções e impactos

O Vale do Ribeira (Figura 01), localizado ao sul do estado de São Paulo, abarcando 25 municípios, se caracteriza por vasta cobertura vegetal nativa de Mata Atlântica e ampla diversidade biológica. A região também é marcada pelos índices socioeconômicos mais negativos do estado de São Paulo, sendo sua economia ainda baseada principalmente na agricultura, desde os ciclos econômicos do ouro, arroz, chá e banana, sendo essas duas últimas culturas introduzidas durante a época da colonização japonesa. Embora povoada por imigrantes, os povos indígenas, quilombolas e caiçaras, tiveram influência decisiva para a constituição da sociedade

local. Ao longo dessa trajetória, o problema das terras irregulares, que persiste desde a época da colonização, ainda permanece insolúvel, o que afeta fortemente a agricultura, uma vez que grande parte dos pequenos produtores não possui documentos de suas propriedades. Além dos posseiros, as comunidades tradicionais que vivem nas áreas de conservação ambiental, como os quilombolas e indígenas também sofrem com a falta de regularização fundiária. Por conter grande área de Mata Atlântica, as questões ecológicas e a forte legislação ambiental também se sobrepuseram à problemática dominial na região após a criação de diversas unidades de conservação ambiental. Isso dificulta não apenas investimentos industriais e comerciais, como limita as atividades econômicas tradicionais da população local.

Figura 01 – Território do Vale Do Ribeira



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Sistema de Informações Territoriais (SIT). Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=3520301>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

Essa situação está na base da fragilidade do Vale do Ribeira refletida nos baixos níveis dos indicadores sociais e econômicos, na falta de infraestrutura e de investimentos e no lento desenvolvimento social e econômico da região, justificando plenamente a execução do PAA. Para avaliar seus resultados, optou-se por concentrar a investigação no município de Registro, o mais importante da região, onde o programa é executado via Conab através da cooperativa regional de agricultores familiares chamada Família do Vale, ligada ao sindicato da categoria no município - o SINTRAVAL. A cooperativa foi formada justamente para incentivar a redução do cultivo monocultor da banana por meio do PAA. De acordo com um dos coordenadores do programa no município, não havia incentivo aos agricultores familiares para diversificar suas lavouras, sem alternativas comerciais suficientemente rentáveis. A Família do Vale operacionaliza o PAA em Registro desde 2009, quando o programa foi

finalmente implementado na região, atingindo um valor total de mais de R\$ 5 milhões, entre 2010 e 2016.

Os projetos implementados em Registro são das modalidades CPR-Doação, que faz a compra direta local para doação simultânea, e CPR-Estoque, para formação de estoques de alimentos, com recursos do MDS e do MDA, respectivamente. Como os projetos são propostos e realizados pela cooperativa, cada agricultor fornece a quantidade de alimentos que consegue produzir, compondo o lote necessário para atingir a meta determinada no projeto. Os produtos designados para doação são entregues para a Secretaria da Agricultura da prefeitura municipal para então serem distribuídos para as entidades assistenciais cadastradas, e outras instituições.

Para a pesquisa, foram entrevistados 25 agricultores familiares, dentre os quais 18 eram beneficiários do programa e sete já tinham sido beneficiários, mas não faziam mais parte do PAA. De acordo com as informações coletadas (Tabela 02), o tamanho das famílias varia de uma a seis pessoas, que dependem da renda produzida pela propriedade onde vivem, sendo o casal de agricultores e os filhos ou netos, como se observa no caso de famílias com três membros ou mais. Os filhos mais velhos desses agricultores, mesmo menores de idade e estudantes, geralmente trabalham com os pais na propriedade. O tamanho médio das famílias visitadas é de 3,5, maior que a média brasileira, a qual, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2011, é de 3 integrantes por família.

Como a regularização fundiária é um problema marcante e constante no Vale do Ribeira, os agricultores entrevistados, ao serem questionados sobre suas propriedades, apresentaram respostas convergentes. Em sua maioria, 20 produtores declararam ser proprietários das terras onde produzem, entre os quais apenas seis afirmaram ter suas propriedades regularizadas, três afirmaram que suas propriedades estão em processo de regularização, e dois produtores declararam ser arrendatários. Essa situação é um reflexo do que ocorre em toda a região no tocante à regularização fundiária. Quanto ao tamanho, as propriedades dos agricultores familiares entrevistados estão entre um a 21,6 hectares, sendo a maioria em torno de cinco hectares.

As percepções dos agricultores familiares sobre os resultados do PAA em suas vidas identificam primeiramente o PAA como uma via de comercialização, evitando assim os atravessadores, e a possibilidade de perda da safra, uma vez que o programa comprava em períodos regulares, apesar das pequenas quantidades. O PAA era visto como uma garantia de escoamento desses alimentos, e de renda para os produtores, como ilustra o seguinte depoimento de um agricultor.

Teve uma estabilidade né de renda, pelo menos... A gente não tinha... [...] Na agricultura, o pequeno agricultor familiar, ele não tinha renda assim que contava no mês... A não ser quando aposentou também... Era sempre buscando como vender... Muitas vezes tinha mês que podia ter a renda, outro mês não tinha... Praticamente a gente produz pra alimentar no sítio e a possibilidade de já aumentar a produção pra alimento e já vender também, né. [...] Mas a gente tava mesmo é na mão do atravessador. A gente não tinha possibilidade.

Alguns agricultores também mencionaram os preços maiores pagos pelo PAA, comparados aos pagos pelos intermediários ou pelos comerciantes locais, uma vez que os primeiros são baseados na média dos preços de mercados atacadistas regionais. Outra vantagem levantada se refere à busca dos produtos pela cooperativa, nas propriedades, pois os produtores não dispõem de meio de transporte para carregar sua produção até a cidade. Essa característica, todavia, não é um traço obrigatório na

implementação do PAA, não ocorrendo em todos os locais onde o programa é aplicado, o que demonstra que é um ponto positivo específico do PAA em Registro. Alguns entrevistados citaram que a doação às pessoas carentes foi outro motivo que os estimulou a aderirem ao programa.

O primeiro aspecto a ser analisado para avaliação dos resultados do PAA na região se refere à renda do agricultor, sua estrutura produtiva e relações comerciais. Embora tivesse como propósito inicial a complementação de renda para as famílias agricultoras do Vale do Ribeira, o programa acabou se tornando a principal fonte de renda visto que as únicas vias de escoamento de seus produtos eram o comerciante atacadista e o atravessador. Assim, a quase totalidade dos agricultores entrevistados considera que o PAA, em alguma medida, ajudou a complementar a renda familiar, numa proporção de até R\$8 mil anuais. Para a maioria das famílias entrevistadas essa renda tem sido suficiente para atender suas necessidades básicas, mesmo que recursos oriundos de outros programas sociais, da aposentadoria e de trabalho fora do estabelecimento agrícola sejam importantes. Esse quadro permite justificar plenamente a necessidade de intensificar o PAA, como política pública capaz de reduzir a precariedade das condições de vida, estimulando a produção de alimentos, proporcionando meios de comercialização e de garantia de renda. Assim é que, os agricultores, cuja potencialidade tem sido explorada em função dessa oportunidade, manifestaram uma opinião bastante favorável sobre o programa.

O envolvimento dos agricultores com o PAA também fez com que diversificassem sua produção, com o cultivo de banana, palmito pupunha, mandioca, alface, couve, abóbora e maracujá, apesar desta já ser uma realidade para mais da metade dos entrevistados. De qualquer forma, a execução do programa na região fez com que muitos ampliassem a diversidade de cultivos, incluindo especialmente hortaliças e legumes. Conseqüentemente, a diversificação da produção tem contribuído significativamente para a segurança alimentar, não só para os consumidores como também entre os agricultores. Todos os agricultores familiares beneficiários entrevistados afirmaram que consomem os alimentos que produzem, mas em proporções diversas, visto que a produção de alguns é mais diversificada que a de outros. Mais da metade dos agricultores entrevistados afirmaram ter aumentado o consumo dos alimentos que produzem, enquanto reduziram o consumo de alimentos industrializados após se vincularem ao PAA.

Esse aumento da variedade e da qualidade dos produtos também foi decorrente das transformações provocadas no sistema de produção com o uso de insumos, como adubo, calcário, esterco, mudas, máquinas e equipamentos novos (tratorito, máquina com bomba, roçadeira) e novas técnicas (sistema de irrigação e de valas, estufa e produção orgânica). Com a venda garantida para o PAA, ocorreu um incentivo a aumentar a produção, de acordo com um planejamento orientado pela sazonalidade e condições de comercialização estabelecidas. Por sua vez, os preços pagos pelo PAA têm sido bastante vantajosos visto que geralmente chegam a ser quase o dobro do que os pagos pelos atravessadores, podendo alcançar de 80% a 90% a mais, como se observa no depoimento de um agricultor.

Hoje nós tamo vendendo... dois reais um quilo de banana prata e 1,50 um quilo de banana nanica... uma caixinha de 20 quilos... () tá dando mais do que quando a gente vendia pro atravessador que pagava dois reais em uma caixa... de banana... de 20kg. Era dois reais a CAIXA... Hoje não, hoje é o quilo... Então pra nós, que somos agricultor, pra nós foi importante a cooperativa.

No que se refere aos pontos de venda e redes de comércio, os agricultores familiares, em sua grande maioria, antes de participar do PAA, vendiam para mercados locais, sacolões, feiras, Ceasa, restaurantes, diretamente para os consumidores e vendiam também para atravessadores, os quais, às vezes, pegavam o produto sem pagar e depois ou demoravam para efetuar o pagamento ou não voltavam mais. Com a implementação do PAA, os agricultores familiares passaram a vender, em sua maioria, somente para o programa (e também para o PNAE), abandonando outros mercados. Contudo, quando sobram alimentos ou mesmo quando estão em períodos entre projetos, os agricultores procuram outros meios para escoar suas mercadorias, como venda direta ao consumidor, mercados locais ou mesmo para o Ceasa. Somente um desses agricultores afirmou que conseguiu expandir sua rede de comércio para além do PAA, vendendo para feiras, restaurantes e varejões locais. Isso demonstra o quanto essas famílias dependem do programa para se inserir no mercado e viver da atividade agrícola. No entanto, o programa ainda apresenta deficiências, uma vez que muitos agricultores continuam vendendo diretamente para consumidores, mercados, sacolões e mesmo para atravessadores. Assim, mais do que apontar os limites do programa, é importante destacar a necessidade de sua expansão e aperfeiçoamento, tendo em vista suas repercussões não apenas no sistema produtivo, mas no âmbito das famílias, a exemplo das condições habitacionais. Como apontado por alguns entrevistados, a renda do PAA tem ajudado a realizar alguma melhoria com pequenas reformas ou até mesmo aquisição de eletrodomésticos.

Um aspecto de grande relevância, do ponto de vista sociopolítico, identificado na região se refere à participação feminina na atividade agrícola. Na maior parte das famílias entrevistadas, as mulheres trabalham ativamente na produção, muitas delas atuando como titulares do PAA. Alguns dos entrevistados responderam que a cooperativa estava buscando incentivar a participação das mulheres como titulares no programa, uma vez que tal condição, além de ser uma exigência da Conab, proporciona maior volume de recursos. Associado a este aspecto, deve ser destacado que o envolvimento dos agricultores no PAA é uma via de atuação política e de associativismo, ampliando as bases de reivindicação e fortalecimento das comunidades locais em torno da cooperativa. Ou seja, não se trata apenas de avaliar o PAA do ponto de vista econômico, mas como uma instância que proporciona meios de organização social abrindo vias de conexão dos agricultores familiares com os consumidores e o conjunto da sociedade, contribuindo para a formação de um senso de comunidade. Exemplo disso é a iniciativa de agricultores beneficiários se organizando de modo que cada um ficava responsável por cultivar um produto diferente para poder vender ao PAA para que todos pudessem ganhar com o programa.

Esse maior envolvimento dos agricultores com a organização da produção é potencializado com a perspectiva de permanência dos agricultores no campo, em particular dos jovens, podendo ser ilustrado pelo depoimento de um dos agricultores entrevistados.

Se não tiver esse tipo de programa, a pessoa não consegue se manter... Muitos deles hoje em dia tá voltando pro sítio, muitos deles abandonaram o sítio por falta de opção... Porque prantavam e não tinha pra quem vender...ou consumia ou perdia tudo no mato, o atravessador pagava o que queria... outras vezes não pagava... Muitos dele abandonou, acabou vendendo sua propriedade... Muitos deles hoje em dia tá comprando e voltando pro sítio porque se ingressou nesse negócio do PAA, do PNAE.

Esse aspecto é em grande parte viabilizado e incentivado pelas condições favoráveis proporcionadas pelo PAA, em termos de uma maior estabilidade da atividade produtiva e da renda gerada.

Entraves e desafios do PAA

As principais dificuldades encontradas na operacionalização do PAA estão diretamente relacionadas com o atraso no pagamento das compras efetuadas. Quase todos os entrevistados relataram ter ocorrido demora no pagamento pelos produtos entregues ao programa. Segundo os relatos, o tempo de espera dos pagamentos chegou a ser de cinco meses a um ano, o que trazia algumas implicações à vida dos agricultores, como conta um deles:

Atrasava muito o pagamento... Às vezes o pagamento saía aí de... de cinco em cinco mês... uma vez no ano... tinha vez que compretava ano e não saía pagamento... e a gente encontra dificuldade pra continuar prantando, cultivando... porque se você pranta, colhe e manda pra lá você não vê assim uma renda na hora que você precisa... na hora que a agricultura precisa aí comprica... Que a agricultura precisa de você fazer uma adubação, de você fazer limpeza, se usa ferramenta... vários tipo de coisa e não tem como a gente ir lá na cidade buscar... [...] Tipo, pranta... e ali trata com sacrificio... manda pra lá e tem que ter um retorno, o quanto mais rápido... ou que seja na hora certa... mas aí não tem um retorno assim... demora muito pra vir o pagamento.

Diante dessa situação, alguns agricultores cogitaram abandonar o programa, pois achavam mais fácil receber de atravessadores, feiras ou mercados locais, os quais, segundo eles, demoravam apenas um mês para pagar, enquanto o PAA, apesar da certeza do pagamento, tem atraso de meses. Muitos desses agricultores vendiam somente para o PAA e, quando o pagamento demorava, era necessário encontrar outras fontes de renda. Essa dificuldade é um reflexo da dependência dos agricultores ao terem somente o PAA como vazão para seus produtos. Portanto, apesar do programa estar ajudando os produtores rurais que encontram obstáculos para se inserir nos mercados, o PAA ainda é instável na região, obrigando os produtores a expandirem sua rede de comércio para alternativas não tão vantajosas.

Associado ao atraso do pagamento, tem havido dificuldade para a prestação de contas, a qual, de acordo com os próprios coordenadores do programa no município, é bastante difícil, em grande parte devido à falta de controle dos meandros burocráticos e de treinamento dos agricultores. Além disso, tem havido demora para a fixação dos preços e assinatura do contrato, resultando em longos períodos de espera ou mesmo cancelamento de compras. Assim, na expectativa de vender para o programa, tendo aumentado sua produção, os agricultores se veem diante de colheitas realizadas sem a confirmação de compras pelo PAA, resultando em alimentos sem destino ou desperdiçados.

Outra dificuldade mencionada pelos produtores se refere ao enrijecimento das normas para obtenção da DAP, a qual requer documentos que comprovem a propriedade ou a utilização do imóvel, comprovante de residência e relatório com o rendimento bruto dos últimos 12 meses oriundo da atividade agrícola. Quando sua data de expiração vence, os agricultores da região encontram dificuldades para renová-la, necessitando diversos documentos para comprovar que são produtores agrícolas. Como a maioria deles é de posseiros, geralmente não possuem tais documentos, o que prejudica a volta deles ao programa. Aliado a isso, um problema levantado durante as entrevistas foi que, apesar dos avanços no sistema produtivo, a assistência técnica

ainda é exígua pois, como a cooperativa depende financeiramente apenas dos próprios agricultores familiares, não se consegue obter recursos suficientes para promover esse acompanhamento da produção, fato agravado pelo desinteresse do governo em fomentar essa atividade.

A burocracia aparece, assim, como o maior problema enfrentado pelos participantes do PAA na região, o qual, à luz da dependência dos agricultores em relação ao programa agrava a dificuldade histórica de inserção no mercado. As situações de demora do pagamento e da transição entre contratos, contribuem, portanto, para uma fragilização do programa, levando os agricultores de volta ao controle dos atravessadores. Se por um lado, as condições de pobreza reinantes na região justificam plenamente a ação do Estado através de políticas afirmativas, por outro a eficácia destas torna-se um requisito essencial para que seus propósitos sejam atingidos. Ou seja, não se trata de limites intrínsecos à realidade socioeconômica, mas sim da consistência da atuação do Estado como agente indispensável para o desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser vantajoso para a região e estar melhorando aos poucos alguns aspectos da vida dos agricultores familiares, o PAA ainda apresenta fragilidades em sua operacionalização. Como demonstrado nessa análise, tendo por base a percepção dos entrevistados, a qualidade de vida de suas famílias ainda permanece em condições precárias. A maioria dos agricultores, todavia, tem uma visão positiva do programa como uma política para o desenvolvimento rural e segurança alimentar, e para o fortalecimento da agricultura familiar na região do Vale do Ribeira. Seus resultados mostram eficiência com os propósitos básicos para os quais fora criado, observados na inserção dos agricultores nos mercados institucionais, no aumento da renda desses produtores e no acesso aos alimentos por indivíduos em situação vulnerável. O programa produz efeitos positivos que podem ser potencializados com os devidos ajustes pautados numa avaliação que leve em conta as características de cada região onde é implementado.

Deve-se considerar, contudo, que o contexto político e econômico em que o Brasil se encontra atualmente coloca em risco todo esse processo que reconheceu a importância da agricultura familiar, a partir de quando tornou-se alvo de políticas públicas específicas. A extinção do MDA e do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar do Governo Federal pelo governo Temer evidencia uma guinada para ações que atendam aos interesses da agricultura de grande escala conduzida pelo agronegócio, reduzindo a atenção à agricultura familiar como fator essencial no combate à pobreza e à fome no país. Além disso, houve redução dos recursos destinados ao PAA, cujo orçamento foi reduzido de R\$ 478 milhões em 2016 para R\$ 294 milhões em 2017 (NETO, 2016), caracterizando assim um desmonte do programa. O enfraquecimento de programas e instituições estratégicos para a valorização da agricultura familiar revela, assim, um cenário bastante preocupante.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, 2007.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Renda, cidadania e biodiversidade**: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. Brasília, Março, 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12bbe4e2576f5c6567f3d749ce6ff2fa..pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

_____. Controladoria Geral da União, CGU. **Relatório de avaliação da execução de programa de governo**, nº52 – Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. Brasília, março, 2016. Disponível em: <http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/7986_%20RAv_AgriculturaFamiliar.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 30 de outubro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar** – Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! (nov. 2012). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

_____. Portal Brasil. **Agricultores ganham desconto em programa de garantia de preços**. 19 jun. 2013 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/07/agricultores-ganham-descontos-de-programa-de-garantia-de-precos>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G., STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

GRISA, Catia et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8 - n. 3, setembro de 2011.

GRISA, C., SCHMITT, C.J., MATTEI, L.F; MALUF, R.S. e LEITE, S.P. (2009). **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**. Apontamentos e questões para o debate. Trabalho apresentado no “Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”, Juazeiro, BA, Brasil, 24 e 25 de agosto. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

LEONARD, Eric et al. A construção normativa do desenvolvimento sustentável nos contextos de sua “tradução em políticas”: uma análise pelas dependências de trajetória no Brasil e no México. In: BONNAL, Philippe e LEITE, Sergio Pereira (Orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

SANTOS, Adriana Timoteo dos. **Agricultura familiar e Programa de Aquisição de Alimentos**: uma análise de sua implantação no Município de Ponta Grossa. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.bicentede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=560>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SILVA, Osvaldo Heller da. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12,p. 161-167,jun. 1999.

SOUZA, Raquel Pereira de. **Competitividade da produção de leite da agricultura familiar**: os limites da exclusão. 259 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas, 2011.

MATTEI, Lauro F. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. IN. **Palestra Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (2009)**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/403.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

_____. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 1-09, 2014. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1452>. Acesso em: 11 abr. 2016.

NETO, Solon. Governo propõe cortes em Agricultura Familiar e Reforma Agrária. **REDE SANS**. 03 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.redesans.com.br/congresso-analisa-cortes-em-agricultura-familiar-e-reforma-agraria/>>. Acesso em 21 fev. 2017.

OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva; PINHEIRO, Lessi Inês Farias de. Avaliação de políticas públicas: uma perspectiva em dados do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar. Versão revisada do trabalho apresentado no **IV Semana do Economista da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**. 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/alimentos.html>>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

PERACI, Adoniram Sanches; BITTENCOURT, Gilson Alceu. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).IN: GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M.E. e FRANÇA, C.G. **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília (DF): MDA, 2010. p. 191-222.

TRICHES, R.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n.26, Edição Especial, pp.10-27, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Vol. 02, n. 1, p. 13-78, jan./abr., 1985.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17: Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais. Outubro, 1996. 18 p.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed. UFPR, 1998, pp. 29-49.

_____. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 21, 2003, p. 42-61.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: Petersen, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-45. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/especial/o-agricultor-familiar-no-brasil-um-ator-social-da/at_download/article_pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2018.

WEISSHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares Sociais**, v.2, n.1, jan/jul, Bahia, 2013, p.51-78.

ZIMOLOG, Heliton Rogerio. **Mudanças socioeconômicas através do Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade península do cavernoso em Candói – PR**. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1494/1/PB_PPGDR_M_Zimolog,%20Heliton%20Rogerio_2015.pdf>. Acesso em 06 set. 2016.

*Submetido em 12/05/2018
Aprovado em 01/08/2018*

Sobre o(s) Autor(es):

Vivian Lie Kato de Lima

Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Email: vivian_kato@yahoo.com.br

Nilson Maciel de Paula

Graduação em Economia pela Universidade Federal do Paraná (1976), Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1983), Doutorado em Economia - University College London (1991) e Pós Doutorado na University of Reading, UK (1999). Atualmente é professor sênior do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná onde trabalha com temas relacionados a comércio internacional, sistemas agroalimentares e segurança alimentar.

Email: nilson@ufpr.br